

Fim da Terceira República e a emergência de novas forças políticas em Moçambique¹

 Hussaymatho Biny Ussene²

Recibo: 13.05.2025
Aceito: 21.05.2025
Publicado: 09.06.2025

Resumo: Este estudo reflecte sobre os três momentos da política Moçambicana pós-independência, evocando as principais crises que ditam o fim da Terceira República. Nomeadamente: Primeira República, a Samoriana caracterizada pelo Monopartidarismo (1975-1986), a segunda República Multipartidária (1990-1994); e a Terceira República (1994 até aos dias atuais), que caracteriza a crise do partido-Estado. A análise baseia-se nas principais literaturas que se debruçam sobre esta matéria. Conclui-se que o fim da Terceira República é resultado de um conjunto de causas internas e externas ao partido Frelimo, sendo o partido que governa o país. Internamente: Destaca-se crescente divisionismo entre os seus principais membros, demonstrado neste estudo em trechos de cartas, o que revela falência da democracia interna. Externamente: Nota-se queda de confiança, as manifestações convocadas por Venâncio Mondlane, desemprego, falta de acesso de educação de qualidade, aumento de número de vozes que criticam a gestão do governo, e principalmente a ascensão de partidos da oposição que movimentam massas que até a 5 anos atrás eram desconhecidos por parte do povo. Entretanto, avança-se que a possível sobrevivência nos próximos anos, depende da capacidade de corrigir os problemas actuais.

Palavras-chaves: Democracia; Estado; Frelimo; Renamo; República.

End of the Third Republic and the emergence of new political forces in Mozambique

Abstract: This study reflects on the three moments of post-independence Mozambican politics, evoking the main crises that dictated the end of the Third Republic. Namely: the First Samorian Republic characterized by the Single-Party System (1975-1986); the Second Multi-Party Republic (1990-1994); and the Third Republic (1994 to the present day), which characterizes the crisis of the party-State. The analysis is based on the main literature that focuses on this subject. It is concluded that the end of the Third Republic is the result of a set of causes internal and external to the Frelimo party, which is the party that governs the country. Internally: There is a growing divisionism among its main members, demonstrated in this study in excerpts from letters, which reveals the failure of internal democracy. Externally: There is a drop in confidence, the demonstrations called by Venâncio Mondlane, unemployment, lack of access to quality education, an increase in the number of voices criticizing the government's management, and mainly the rise of opposition parties that mobilize masses that until 5 years ago were unknown to the people. However, it is anticipated that possible survival in the coming years depends on the ability to correct the current problems.

Keywords: Democracy; State; Frelimo; Renamo; Republic.

Fin de la Tercera República y la emergencia de nuevas fuerzas políticas en Mozambique

Resumen: Este estudio reflexiona sobre los tres momentos de la política mozambiqueña posterior a la independencia, evocando las principales crisis que dictaron el fin de la Tercera República. A saber: la Primera República Samoriana, caracterizada por un sistema de partido único (1975-1986), la Segunda República Multipartidista (1990-1994); y la tercera República (1994 hasta la actualidad), que caracteriza la crisis del partido-Estado. El análisis se basa en la principal literatura que aborda este tema. Se concluye que el fin de la Tercera República es el resultado de un conjunto de causas internas y externas al partido Frelimo, que es el partido que gobierna el país. Internamente: Destaca cada vez más divisionismo entre sus principales miembros, demostrado en este estudio en extractos de cartas, lo que revela el fracaso de la democracia interna. En lo externo: hay caída de la confianza, manifestaciones convocadas por Venâncio Mondlane, desempleo, falta de acceso a una educación de calidad, aumento de voces críticas a la gestión del gobierno y principalmente el surgimiento de partidos de oposición que movilizan masas que hasta hace 5 años eran desconocidas para el pueblo. Sin embargo, se prevé que la posible supervivencia en los próximos años dependa de la capacidad de corregir los problemas actuales.

Palabras clave: Democracia; Estado; Frelimo; Renamo; República.

¹ DOI: <https://dx.doi.org/10.4314/academicus.v3i2.6>

² Licenciado em Ensino de Filosofia com habilitações em Ensino de História pela Universidade Pedagógica-Nampula. Mestre em Administração e Regulação da Educação pela Academia Militar Marechal Samora Machel-Nampula. E-mail: binussen08@gmail.com

Introdução

Perceber a situação política moçambicana, pressupõe entender a dinâmica internacional caracterizada por conflitualidades. Onde o Estado como organização social, e a Democracia como a melhor forma de participação política, são constantemente colocados à prova, e algumas dessas vezes são usadas supostas regras democráticas para “atropelar” a própria democracia.

Neste sentido, se o Estado ou a Democracia, não resistirem aos problemas que se enfrentam neste tempo, é possível que sejam substituídas por outras formas de organização social ou de participação política, que melhor respondem aos anseios dos homens desta época. Ou ainda, podem ser melhoradas e adaptadas aos problemas vigentes.

Este estudo reflecte sobre os três momentos da política Moçambicana pós-independência, evocando as principais crises que ditam o fim da actual Terceira República. Nomeadamente: Primeira república, a “Samoriana” caracterizada pelo Monopartidarismo (1975-1986), a segunda, a República Multipartidária (1990-1994); e a terceira, ainda como Terceira República (1994 até aos dias actuais), que caracteriza a crise do partido-Estado. A análise baseia-se nas principais literaturas que se debruçam sobre esta matéria.

Ao nível internacional, assistimos a ascensão de várias forças políticas, que até há pouco tempo eram desconhecidas. E na mesma velocidade, assistimos o descontentamento sobre os políticos e as decisões de instituições democráticas. O ponto mais alto desse descontentamento sobre as regras democráticas, deu-se com invasão ao Capitólio, nos Estados Unidos; no Brasil, com a invasão dos Quatro Poderes; as contestações na Venezuela sobre a vitória de Nicolas Maduro; golpes de Estado na África Ocidental como caso de Burquina Fasso; o recrudescimento da insurgência em vários países africanos, particularmente em Moçambique. Aspectos que revelam crise do Estado e suas instituições de um lado, e de outro, devido a própria conjuntura provocada pelas crises sociais e políticas, como a fome, guerras e migrações.

Actualmente, Moçambique vive uma fase caracterizada por instabilidade, marcada por espectro de guerra. Porque as partes, não conseguem chegar a um consenso sobre as prioridades para os Moçambicanos. Nunca, na história recente do país, o perigo que sejamos refugiados em terras de outros, foi tão real como agora.

A crise instalada, não sinaliza apenas o fim de uma fase, a qual chamamos neste estudo do fim da Terceira República. Mas também, a ruptura e mudança do protagonismo partidário, que, por muito tempo, colocava a Frelimo, como única herdeira para controlar o destino de Moçambique. É também, uma fase de intenso interesse pela participação e exaltação da moçambicanidade. Representa tomada de consciência da necessidade de perguntar, exigir esclarecimento e o direito de uma vida condigna, onde todos moçambicanos tenham orgulho de nascer nesta terra.

Portanto, o que caracteriza o fim da Terceira República é a existência de vários partidos e associações ou coligações que antes não existiam, como Nova Democracia (ND), Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD), Partido Optimista pelo Desenvolvimento de Moçambique (PODEMOS), Movimento Democrático de Moçambique (MDM) e capacidade dessas organizações movimentarem massas. Mas também, o surgimento das ONG que questionam a actuação do Estado e suas instituições, buscando cada vez mais desligar o partido do Estado. Assim, os discursos que se refugiam no colonialismo para justificar a necessidade de sobrevivência não se aplicam, mudaram-se os tempos, as pessoas, as necessidades e prioridades. Por isso, urge colocar Moçambique e os seus cidadãos acima de qualquer prioridade e garantir o funcionamento normal das instituições democráticas.

Situação Sociopolítica no momento da independência

No momento da independência, “o país compreendia, na sua composição social, contrastes de tipo demográficos, económicos, linguístico e religioso. Demograficamente, existem províncias

muito extensas e menos populosas, o caso da Província do Niassa com uma densidade de 4,3 hab/km, contra 1.501 hab/km da cidade de Maputo com estatuto de Província” (Mazula, 1995 p.123).

No censo de 1980, foram identificados 16 grupos étnicos e 24 línguas. Sete línguas são faladas por 3/4 da população Emakhuwa (27,8%), Tsonga (12,4%), Sena-nyanja (9,3%), Lomwe (7,8%), shona (6,5%), Chuabo (5,7%), e outras, incluindo língua Portuguesa, Hindu e Árabe (24%). A língua portuguesa adoptada como oficial, ocupa o décimo lugar, apenas 24,4% da população fala língua portuguesa e 1,1% tem com língua materna (Mazula, 1995).

Construiu-se um território com 15 milhões de habitantes, dividido em onze províncias. O país alcançou a sua independência de Portugal em 1975, após dez anos de luta armada sob a liderança da Frelimo. Na sequência do projecto iniciado nas zonas libertadas, o desafio era da reconstrução nacional que se resumia:

- a) Criação de uma sociedade nova e do Homem-novo, com mentalidade livre e independência ao estrangeiro.
- b) Formação de uma nação e de um Estado novo
- c) Desenvolvimento de uma economia baseada na agricultura e na indústria (Mazula, 1995).

De acordo com este autor, este projecto qualificado de revolucionário pelo presidente Samora, aparece ligado a utopia da modernização da sociedade, fazer de Moçambique um país moderno. A tomada do poder significa para o povo, assumir a direcção e controlo do campo da historicidade, valorização da sua cultura e construção de um novo mundo.

Para responder aqueles ideais propostos pelo presidente Samora, aponta-se como tarefa do ensino em Moçambique, a formação de uma personalidade socialista, formação do Homem-novo como meio de tomar o poder e edificar uma sociedade socialista em Moçambique (Ngoenha & Castiano, 2005).

Os quatro primeiros anos de liberdade (1974 a 1978), podem ser considerados como anos de afirmação de poder em quase todos os níveis. Todavia ela era compreendida de forma diferente pelas elites dirigentes da Frelimo e pela população em geral, inserida, contudo no processo de clarificação ideológica da Frelimo, os seus participantes viram a necessidade que se fizesse uma apreciação sobre a educação em geral para facilitar a compreensão da educação revolucionária formação do Homem novo (Gomez, 1999).

O carácter revolucionário do projecto estava também no seu carácter popular, ao defini-lo como tal, a Frelimo estaria definindo, pelo menos em teoria, a classe dirigente e toda sociedade como actores participantes directos do processo de construção do campo de historicidade. A Frelimo acentua que nesta nova fase, a revolução e a modernização se faz pela ciência e pela técnica. O trabalho tem um carácter revolucionário, aplicando-se a educação faz-se ver, que era necessário a criação de uma nova escola de tipo novo onde se deve valorizar devidamente o trabalho manual como uma das fontes do conhecimento, faz-se da escola espaço de formação intelectual, participando na produção.

A todos os níveis, começa a se substituir o estilo elitista, que se pensa ser característica do estado colonial, por um estilo colectivo de direcção, no que diz respeito a questão da planificação e dos métodos, opta-se pela adopção do centralismo democrático, princípio também adoptado no III congresso da Frelimo, este centralismo quer garantir a participação popular na discussão e nos processos de decisão. Para implementar um sistema de cariz socialista são delineados desafios como a montagem de um aparelho de administração, planificação e controle centralizado (Ngoenha & Castiano, 2005).

A passagem da primeira República Monopartidária à segunda República Multipartidária

A primeira República moçambicana, que designamos por República Samoriana de Moçambique, estava intimamente ligada, às grandes transformações conjunturais que abalaram a época, tanto que a orientação socialista optada, não é por acaso. É o resultado de um conjunto de problemas geopolíticos ligados a época, e à tendência dos governantes dessa época foi adequar aos seus respectivos países.

De acordo com Faria (2017) o alinhamento da primeira República ao socialismo é motivado pelo descontentamento da Frelimo face ao Ocidente não ter prestado apoio à sua luta. Assim, encontra no bloco socialista o apoio necessário para encetar a luta que está na origem da sua independência política.

Severino Ngoenha no seu livro “Tempos da Filosofia”, fala de um primeiro Estado providencialista e presente, na medida em que cada funcionário estatal sabia o que devia fazer, conhecia o trabalho que devia prestar em prol do bem comum, combater a corrupção sob todas formas e ainda proporcionar melhores condições para os cidadãos era um valor não negociável (Ngoenha, 2004).

O autor explica que, apesar destas qualidades, o Estado moçambicano, na primeira República, peca pela sua presença excessiva, controlando todas formas de pensar diferente, sendo o único caminho pelo qual os moçambicanos deviam seguir. Os que ousaram contrariar o partido Estado da primeira República foram condenados e algumas vezes exilados. A primeira República, sente-se no direito de controlar, de reprimir, reprender, educar, porque coloca-se na condição de salvadora, por meio da Frelimo aquela que libertou os moçambicanos do colonialismo. E para materializar esta presença excessiva organiza-se comícios, encontros com a população em que a sua participação é de carácter obrigatória.

A Frelimo por reunir consenso entre as populações da época por altura da independência, levou até às últimas consequências a lógica de partido-Estado, eliminando qualquer forma de pluralismo social (Brito, 2010).

Este autor assevera que, o facto do partido Frelimo ter sido a única força representante do povo moçambicano na luta e proclamação da independência, lhe conferiu a credibilidade e legitimidade no acesso ao poder pós-independência. Aliás, como explica Brito (2010), foi nesse contexto de tentativa de construção de um poder político Monopartidário, de crise económica interna e desconfiança, assim como de confrontação regional que surgiu a Renamo, logo depois da independência serviu de expressão das clivagens internas e conflitos sociais, particularmente as zonas centro e norte do país.

Com a luta de libertação nacional por via armada, a partir de 1964, a Frelimo vai sendo construída no terreno árduo da guerra anticolonial. O esforço dos primeiros anos da independência, é, por um lado, contrariar o vazio provocado pelo colonialismo ao mesmo tempo fazer face as ideias incalculadas ao moçambicano durante todo período de ocupação (Newitti, 2012). Por outro lado, a própria brutalidade da guerra de libertação (e dos massacres perpetrados pelo exército português, por exemplo) condicionaram, sem dúvida, a uma visão mais centralista e unitária das próprias energias sociais dispersas. Logo a seguir à Independência, em 1975, proclama-se as directrizes do partido-Estado único e, em 1977, formaliza-se a ideologia marxista-leninista como o bordão de construção de um Moçambique uno e indivisível do Rovuma ao Maputo (os rios limítrofes a norte e sul).

A segunda República, denominada de República Multipartidária enquadra-se no momento da assinatura dos “Acordos de Amizade”³, de 1992, e a realização das primeiras eleições

³ Acordos de paz entre a Frelimo e a Renamo, neste estudo chamamos de acordos de amizade, porque o seu

multipartidárias em 1994, que ganharam o seu espaço resultado da aprovação da nova constituição de 1990.

Num artigo intitulado *Multipartidarismo, geografia do voto e descentralização em Moçambique*, Luís de Brito (2019), explica que de princípio o multipartidarismo foi adoptado na Constituição de 1990 como resultado de três dinâmicas complementares que se desenvolveram no final dos anos 80. A nível global, ocorreu o desmoronamento do bloco de Leste e o conseqüente alargamento dos princípios da democracia liberal e multipartidária para os países dessa zona, o que levou a uma profunda mudança nas alianças internacionais e enfraqueceu a posição dos países que, como era o caso de Moçambique, até então beneficiavam da sua cooperação e apoio. A nível regional, agudizou-se a crise do regime sul-africano em resultado das sanções internacionais.

A nível nacional, a crescente crise económica, social e humanitária provocada pela guerra civil suscitava também crescente pressão da parte da Igreja Católica, exprimindo um sentimento partilhado por amplos sectores da sociedade moçambicana, para que os beligerantes se entendessem por forma a alcançar a paz (Brito, 2019). Tal objectivo, acabaria por ser alcançado em Roma, no dia 4 de Outubro de 1992, com a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP). Estavam assim, em princípio, criadas as condições básicas para a efectiva implementação do sistema político democrático multipartidário previsto pela constituição. No entanto, não foi exactamente isso que aconteceu.

A passagem da primeira à segunda República, não constitui de per si, um facto automático, já que também corresponde ao fim da Guerra Fria, da queda do muro de Berlim e da "derrota" do socialismo pelo capitalismo, o que também precipitou as questões políticas e de organização dos Estados nas antigas colónias.

A nível da região, Moçambique era o único país com orientação socialista, e de certa maneira, sofria pressão de países vizinhos com orientação capitalista, nomeadamente: Zâmbia, Zimbabué, Malawi, Tanzânia, entre outros. Neste sentido, a mudança de postura das lideranças da Frelimo, então partido-Estado da época, também se explica por questões regionais e de influência de países vizinhos, com quem Moçambique realizava trocas comerciais, em particular, com a África do Sul, que detinha um sistema de *apartheid* em vigor.

Com a constituição multipartidária, o país esforça-se em acompanhar o tempo, abraça a democracia, aceita a realização das primeiras eleições para responder o novo clima multipartidário, aceita o pensar diferente. Assinam-se os "Acordos de Amizade" como sinal de consideração e aceitação desse pensar diferente, liberalização do mercado e realização das primeiras eleições em 1994 e posteriormente as eleições autárquicas de 1998. Neste tempo o país respirava aquilo que denominamos neste estudo de segunda República.

De acordo com Brito (2019), durante cerca de 20 anos, a experiência moçambicana de transição da guerra para a democracia multipartidária foi considerada um sucesso exemplar. Porém, apesar de ter permitido a pacificação do país por um período relativamente longo, o Acordo Geral de Paz não foi um bom acordo, especialmente do ponto de vista da institucionalização do regime democrático.

As reservas sobre a implementação efectiva do acordo, deve-se, em parte, que só foi alcançado tal acordo devido ao cansaço provocado pela guerra, assim como degradação da economia para suportar o custo da guerra. O país enfrentava escassez de alimentos, de mão-de-obra, devido e com agravante de fuga da população para países vizinhos. Estes problemas forçaram para que os "discordados (Frelimo e a Renamo) entrassem em negociações, para responder os desafios da época. Os moçambicanos procuravam assim, enviar mensagens aos principais doadores da

época, que nós estamos preparados para abraçar a democracia e viver juntos, neste sentido esta pressa fez com que, alguns dos problemas que levaram as confrontações fossem deixados para o segundo plano.

Assinatura dos Acordos de Amizade, e conseqüente introdução do multipartidarismo, na verdade permitiu apenas uma abertura relativa do espaço político e, sobretudo, uma acomodação precária entre os dois antigos beligerantes, sem que tivesse criado condições favoráveis à sua reconversão democrática. Por um lado, a Frelimo, cujo Governo foi oficialmente reconhecido pela Renamo nos termos do acordo alcançado em Roma, saiu vencedora das primeiras eleições presidenciais e legislativas (1994) e de todas as eleições subsequentes, sempre com uma maioria absoluta na Assembleia da República, mantendo assim a sua natureza histórica de partido-Estado (Brito, 2019). Por outro, a Renamo, tendo-se encontrado desde as primeiras eleições remetida ao estatuto de oposição e sem poder aceder ao controlo de recursos estatais (excepto o financiamento público correspondente à sua bancada parlamentar), optou por manter uma força armada de reserva (e com ela a organização de uma força militar de guerrilha, à qual se subordinava o seu aparelho partidário civil nascente) por forma a assegurar algum poder negocial na sua relação com a Frelimo.

A segunda República tem também os seus pecados que conduzem o seu fim, apesar de se assumir democrática e multipartidária. O partido no poder continuava a controlar o pensar diferente, a máquina da justiça e o governo. Tanto que o pertencer ao governo é automaticamente sinónimo de pertencer a Frelimo, apesar de assumir a importância de quem pensa diferente com a constituição de 1990 que abriu espaços para as várias formas de participação política.

A Terceira República e seu fim

Ngoenha (2013), diz que a geração da Terceira República, difere das primeira e segunda Repúblicas, na medida em que ela é mais exigente, mais informada e formada, o nível de acesso a informação é maior se compararmos com as gerações passadas. Esta geração está ciente das dificuldades que enfrenta e tomou consciência da pluralidade de visões, de opiniões, de pontos de vista, por isso ela não cessa de invocar o diálogo para resolver as diferenças. Diz ainda, em forma de lamentação, que “resta decidir se na situação do discurso plural e contraditório, que a democracia impõe, continua-se ou não com a concepção tradicional do diálogo, que se deixou assumir por uma visão de ideologia humanitária, a qual já não corresponde aos tempos históricos que se vive” (Ngoenha, 2013 p.67).

Para Ngoenha (2013) a tolerância não se pode confundir com a fraqueza, porque ela é a expressão mais alta de humildade e reconhecimento da existência de pluralidades, embora diferentes, mas importantes. Assim, o valor-pilar, que é o conceito de tolerância-ser-tolerante, não significa renunciar às próprias convicções, mas aceitar, e de boa-fé, que o outro possa ter, ideias diferentes das suas. É intolerante quando impede que ele manifeste a sua opinião, mesmo de dissenso e contrária à sua, não só quando não sabota a sua manifestação ou não impede os seus actos políticos, mas também quando se preocupa pela sua existência e componentes essenciais, da sua busca comum de sentido, verdade. Não se pode ser tolerante com a intolerância. Isso significa que, do ponto de vista democrático não se pode pautar em amputar a convivência, a concorrência.

- O primeiro sinal de crise da Terceira República, está justamente, na incapacidade de reconhecer as pluralidades como necessárias para o debate político em Moçambique, com vista ao desenvolvimento do país e também da democracia, e assim, assumir os compromissos do multipartidarismo e a natureza dos Acordos de Paz e de reconciliação nacional. Não basta reconhecer a existência de diferenças partidárias, é importante evitar todos meios de coacção para “abafar” quem escolhe pensar diferente. Neste sentido, discursos como (este não é nosso), para referir quem não é do partido Frelimo, devem ser jogados fora, em prol da harmonia e o bem-estar de todos Moçambicanos.

Tendo em conta esta concepção, Brito (2010) justifica que o país ou o partido Frelimo, além de herdar as estruturas do regime colonial, também herdou às suas práticas caracterizadas pelo centralismo político e governativo. Este centralismo estatal, vem tendo à muito tempo provocando uma contestação silenciosa, por parte do centro e norte, justificado em parte pela aderência massiva dos partidos da oposição, caso da Renamo e recentemente os novos movimentos políticos como o MDM que governa o município da Beira, e no passado Nampula entre outras grandes cidades e, partido Podemos⁴, a segunda força política na assembleia da República. Estas escolhas revelam o vazio deixado pelo próprio partido que governa, e que aos poucos é aproveitado pelos partidos emergentes.

- A segunda crise deve-se, segundo Brito (2010), que por muito tempo, as principais decisões políticas sobre o rumo de Moçambique, foram tomadas pelos dois partidos beligerantes, nomeadamente a Renamo e Frelimo. Cada um deles preocupado em tirar vantagem da sua posição, não necessariamente melhorar a vida da população. Isto justifica-se pela queda de confiança que a Renamo vai tendo ao longo do tempo, e também a forte contestação da Frelimo um pouco por todo país. Sai mais sancionado o partido no poder, a quem é acusado de fraca assistência às populações para melhorar a qualidade de vida.
- Quanto à terceira crise, constata-se que o processo de construção da democracia e consequente multipartidarismo, foi no seu todo fundado sob pretexto de acomodar as preocupações da Renamo. Deixando de fora todos pontos de vista diferentes, tanto de outros partidos como da sociedade civil (Brito, 2010). Esta atitude, provocou sentimento de exclusão de outros partidos e da sociedade civil, abrindo espaços para o crescimento de desconfiança e falta da credibilidade da Renamo enquanto oposição e a Frelimo, como partido no poder.
- No quarto sinal de crise e, conseqüente fim, nota-se que os discursos coloniais para justificar a sobrevivência do partido no poder já não encontram os efeitos desejados. Ou seja, não é suficiente afirmar para um jovem de Nametil em Nampula ou Gurué na Zambézia, que Samora proclamou a independência, que Mondlane abandonou boa vida na América em prol da libertação de Moçambique, estando este jovem com fome. A compreensão é que estes discursos devem ser acompanhados por acções concretas, nomeadamente acesso ao emprego, exploração dos recursos, qualidade de ensino e saúde.

Este último ponto é justificado pelo artigo de opinião, escrito pelo jornalista moçambicano Marcelo Mosse, que questiona se Frelimo enquanto partido que governa o país está moribunda?⁵ De acordo com o jornalista, as incidências do venancismo em Moçambique mostraram uma vez mais que Moçambique é uma nação multilingue. “O apelo venancista para paralisar o país, vida social e económica ao longo da semana parece ter surtido efeito, assim como seu sob produto de vandalismo contra a propriedade pública e privada”.

Na senda de cartas abertas,⁶ Martins (2024) denuncia o desemprego entre os jovens porque propicia o seu recrutamento para os partidos adversários da Frelimo. Em suas palavras afirma, que a “preocupação dos jovens, é a preocupação de toda sociedade, o desemprego soma-se a fome, a insegurança alimentar e a miséria, a falta de habitação a fraca qualidade de ensino e dos cuidados de saúde prestados pelo sistema nacional de saúde, a precariedade e estado do transporte público, tudo isto é justamente atribuído pelo povo a ineficácia e incompetência do governo do nosso partido”.

⁴ Nesta legislatura, o partido Podemos é a segunda força política na Assembleia da República.

⁵ Cf. Marcelo Mosse (2024) em bibliografia

⁶ Cf. Hélder Martins (2024) em bibliografia.

Provavelmente, a carta mais incisiva que demonstra este crescente divisionismo, descontentamento e falta de consenso entre os membros do partido que governa o país, a qual chamamos do fim da Terceira República foi escrita por Samora Júnior dirigida ao então, Presidente da República Filipe Nyusi⁷. Na sua carta para Filipe Nyusi, Samora Júnior apelava o Presidente da República, a convocação de uma reunião magna para discutir sem reservas e limitações, o estado actual do país e do partido. Essa era uma obrigação inevitável a luz do seu mandato, que a organização estava a viver uma crise profunda e, por isso, era tempo de se tomar acções decisivas e voltar a encarregar o partido no caminho certo, ao lado do povo (Júnior, 2019).

Estes trechos comprovam o divisionismo que existe dentro do partido na gestão da coisa pública, por um lado, e, por outro, as mudanças políticas em cada ciclo de governação, mesmo tratando-se de candidatos saídos da mesma organização política revelam fortes clivagens na visão do Estado. Enviam mensagem, que a unidade no seio do partido não é a mesma, uma vez que as agendas são diferentes. Este sentimento de injustiça que cresce dentro do partido, abre caminhos para o nascimento e fortalecimento de outros partidos opositores, que se aproveitam do descontentamento do povo, face as políticas governativas para relançar os seus nomes como garantia de estabilidade da vida dos moçambicanos caso da ND, Podemos, MDM.

Mas também, a descoberta de importantes recursos em minerais e hidrocarbonetos, na zona norte de Moçambique convida várias empresas com interesses geoestratégicos diversificados. Pelo que, qualquer passo em falso, além de aumentar as clivagens dentro do partido, pode facilitar o aumento de descontentes. Assim, consoante o desenrolar da situação, para evitar a sua substituição a Frelimo tem, que rapidamente gerir problemas internos dentro do partido, e ao mesmo tempo gerir cada vez mais a queda de confiança entre a população, do contrário podemos estar diante daquilo que chamamos neste estudo fim da Terceira República e a emergência de novas forças políticas.

- Quinto sinal de crise; as cartas escritas por membros seniores do partido Frelimo reclamando a gestão do mesmo, não são sinónimo de abertura ao diálogo e acolhimento de pontos diferentes como o partido tem transmitido, pelo contrário, a preferência de exteriorizar os pontos de vista por meio de cartas abertas e não em fóruns próprios, denunciam a crise de respeitar os pontos de vistas diferentes e assim encarar como necessários.

Neste sentido, qualquer organização que chegue ao extremo de não aceitar os pontos de vista de seus membros e não dando outras opções a estes membros, se não, recorrer outros meios, caminha para abismo. É verdade que estes aspectos são susceptíveis de correcção, algo que depende necessariamente da capacidade do partido de olhar os momentos disfuncionais da sua governação com certa humildade e assim poder corrigir.

Portanto, é comum ouvir, que este tipo de democracia não é conforme a nossa cultura. Que a paz veio para ficar, porque o povo moçambicano é culturalmente pacífico; no entanto, conheceu uma guerra civil. Aliás as manifestações pós-eleitoral desmentem tal pacifismo. Não se trata de rejeitar pura e simplesmente o que outros conseguiram com sucesso, nem se trata, por outro lado, de transplantar, reproduzir ou decalcar modelos. Não há democracia nem desenvolvimento simétricos (Mazula, 2005).

Os sujeitos reais da democracia devem viver e conviver num espaço de diálogo constante. Embora o diálogo não se resume a um compromisso ligado aos interesses das partes, quer eles sejam de carácter económico – o que se tem chamado acomodar – quer, organizacional – como a distribuição entre os beligerantes de lugares nos gabinetes eleitorais (Ngoenha, 2013). Por outro lado, o diálogo não se subordina a um juridismo estéril, nem ao resultado de ameaças de armas ou

⁷ Cf. Em “carta de Samora Machel Júnior ao presidente Nyusi foi “Vazada” in Macua-Mocambique para todos, 30/01/2019 em bibliografia.

sabotagem.

Conclusão

A natureza da Terceira República é extremamente diferente da primeira e segunda Repúblicas. Em termos de exigência, acesso a informação como também em termos do tipo de problemas que se enfrentam. Em toda história da fundação do partido que governa o país, o descontentamento nunca foi tão visível como agora. Porém, devido as crises internas, este descontentamento é notado até fora de fóruns próprios. Mas também devido às situações conjunturais que vão acontecendo no mundo e em Moçambique particularmente, como a insurgência no norte, ou falta de políticas públicas robustas para empregar a juventude, provocam fortes ondas de contestação.

É importante não ignorar os sinais da história, no sentido cada homem é filho do seu tempo. Querendo resolver os problemas importa encarar como tal e assim resolver com frontalidade, isto exige humildade para ouvir as preocupações dos jovens em particular, e o povo no geral. É necessário não ignorar as estatísticas que a maioria da população moçambicana é jovem, essa população necessita da habitação transporte emprego.

Neste sentido, não é suficiente evocar o patriotismo quando a fome é visível, principalmente quando uns têm mais oportunidades por pertencer a uma organização política em detrimento de outros. Aprender a partilhar o pouco, aprender a ouvir, empatia e sensibilidade podem revelar-se cruciais para resolver as diferenças. Não existe país algum que almeja o desenvolvimento e possa atingir tal façanha, ignorando as preocupações da sua juventude.

Aprovar políticas que diminuam a discriminação, abram oportunidades para que todos jovens tenham acesso a exploração dos recursos é importante. O discurso de falta de mão-de-obra qualificada já não é suficiente, o Estado tem que ter a cultura de saber preparar a vitória, ou seja, preparar os seus jovens hoje, para amanhã não reclamar da falta de mão-de-obra qualificada. O fim da Terceira República é visível pelo aumento do número de descontentes e principalmente a ascensão de partidos que antes eram desconhecidos e capacidade de estes garantirem lugares importantes na assembleia da república e movimentar massas.

Referências Bibliográficas

- Araújo, Victor (2015). *Multipartidarismo*. coordenação de preferências e police-petrol em Sistemas presidencialistas. V seminário de pós graduação em ciências políticas. USP. Brasil.
- Brito, Luis (2019). *Multipartidarismo, geografia do voto e descentralização em Moçambique*. Desafios para Moçambique 2019. IESE
- Brito, Luis (2010). *Sistema eleitoral uma dimensão crítica de representação política em Moçambique*. Desafios para Moçambique 2010. IESE
- Faria, chico Francisco (2017). *A pobreza em Moçambique no contexto de difusão do Ideário neoliberal*. Capes. Universidade federal do rio de Janeiro. Brasil
- Gomes, Miguel Buendia (1999): *educação Moçambicana – Historia de Um processo: 1962-1984*. Livraria Universitária. Maputo
- Mazula, Brazão (2015). *Ética, educação e criação de riqueza: Uma reflexão epistemológica*. Maputo: Imprensa Universitária.

Mazula, Brazão (1955). *Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique* (1975-1985).
Maputo

Newitt, Maylin (2012). *História de Moçambique*. Lisboa: Europa-América.

Ngoenha, Severino Elias (2013). *Depoimento, 2011*. Rio de Janeiro. Brasil: Vozes

Ngoenha, Severino & Castiano, José (2005). *A longa marcha dum educação para todos em Moçambique* (1ª ed). Maputo Moçambique